



Universidade Federal de Alagoas  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Prova de Conhecimentos Específicos da Especialização Lato Sensu UFAL 2012.1

## Gestão do Trabalho em Saúde

### CADERNO DE QUESTÕES

#### INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este Caderno de Questões somente deverá ser aberto quando for autorizado pelo Fiscal.
2. Assine neste Caderno de Questões e coloque o número do seu documento de identificação (RG, CNH etc.).
3. Ao ser autorizado o início da prova, verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Verifique também, se contém 20 (vinte) questões objetivas com 05 (cinco) alternativas cada, caso contrário comunique imediatamente ao Fiscal.
4. Você dispõe de 3h (três horas) para fazer esta prova. Faça-a com tranquilidade, mas controle seu tempo. Esse tempo inclui a marcação da Folha de Respostas das questões objetivas. Você somente poderá sair em definitivo do Local de Prova após decorridas 1h (uma hora) do seu início.
5. Ao receber a Folha de Respostas, confira seu nome, número do seu documento de identificação e curso escolhido.
6. Em hipótese alguma lhe será concedida outra Folha de Respostas.
7. Preencha a Folha de Respostas utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Na Folha de Respostas, preencha completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, conforme modelo:



8. Será atribuído o valor ZERO à questão que contenha na Folha de Respostas de questões objetivas: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, não preenchida totalmente ou que não tenha sido transcrita.
9. A correção da prova objetiva será efetuada de forma eletrônica e considerando-se apenas o conteúdo da Folha de Respostas.
10. Caso a Comissão julgue uma questão como sendo nula, seus pontos serão atribuídos à todos os candidatos.
11. Não será permitida qualquer espécie de consulta.
12. Ao terminar a prova, devolva ao Fiscal de Sala este Caderno de Questões, juntamente com a Folha de Respostas e assine a Lista de Presença.
13. Os 3(três) últimos candidatos somente poderão ausentar-se juntos da sala de prova, após assinatura da Ata de Encerramento.

**Boa Prova!**

Número do documento:

Assinatura do(a) Candidato(a):

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**1.** O Sistema Único de Saúde inclui, os seguintes órgãos:

- A) instituições de seguros privados de saúde;
- B) serviços de saúde das Forças Armadas;
- C) instituições privadas de saúde e seguros de saúde;
- D) instituições filantrópicas, seguros de saúde e serviços públicos de saúde
- E) serviços públicos, instituições filantópicas e privadas de saúde

**2.** Qual dos princípios abaixo não faz parte da Lei Orgânica de Saúde, Lei Federal n.º 8.080/1990?

- A) Integralidade
- B) Universalidade
- C) Igualdade
- D) Centralização
- E) Direito à informação, das pessoas assistidas, sobre sua saúde

**3.** A Lei Federal n.º 8.080/1990, também chamada de Lei Orgânica da Saúde, define princípios e diretrizes para o Sistema Único de Saúde. O conjunto contínuo e articulado de ações e serviços, preventivos e curativos, individuais e coletivos, em todos os níveis de complexidade é considerado como um direito de:

- A) Universalização da assistência.
- B) Hierarquização da rede de serviços de saúde.
- C) Integralidade da assistência.
- D) Descentralização político-administrativa.
- E) Participação da comunidade.

**4.** A Lei Federal n.º 8142/90, que dispõe sobre a participação da população no controle do SUS afirma que:

- A) São instâncias colegiadas do SUS os conselhos de saúde e as conferências de saúde.
- B) Apenas as conferências de saúde são instâncias colegiadas do SUS.
- C) Os conselhos de saúde são únicos espaços de participação democrática do SUS.
- D) Tanto as conferências estaduais como as nacionais, enquanto espaços de participação da população no SUS devem acontecer a cada dois anos.
- E) Os conselhos não são paritários.

**5.** São competências das Conferências de Saúde:

- A) Conferir as medidas de impacto nos serviços de saúde.
- B) Fiscalizar a política de saúde.
- C) Verificar e tomar providências administrativas para atender as necessidades do usuário.
- D) Deliberar sobre as políticas e ações de saúde no âmbito do SUS.
- E) Conferir as ações das vigilâncias de saúde.

**6.** Complete a lacuna com a vigilância correspondente. A Constituição Federal de 1988 e a Lei Federal n.º 8.080/90 confirmam a \_\_\_\_\_ como competência do SUS, embora de forma não exclusiva. A área de "exclusividade do SUS" diz respeito apenas à assistência, mas não às atividades relacionadas à fiscalização dos ambientes de trabalho.

- A) Vigilância Sanitária
- B) Vigilância epidemiológica
- C) Vigilância em saúde do trabalhador
- D) SISVAN
- E) Vigilância Ambiental

**7.** Uma das principais atribuições do Sistema Único de Saúde (SUS) é a de formular políticas públicas. Embora público, estabelece parcerias com hospitais e entidades de iniciativas privadas, às quais são subordinadas pela política

- A) do Conselho Nacional de Saúde.
- B) da Agência de Vigilância Sanitária.
- C) da Agência Nacional de Saúde.
- D) do Conselho de Saúde Suplementar.
- E) do Ministério da Saúde.

**8.** A Lei Federal n.º 8.142/90, dispõe sobre:

- A) A participação dos gestores do SUS.
- B) A participação dos trabalhadores do SUS.
- C) A participação social no SUS.
- D) A responsabilidade dos trabalhadores do SUS.
- E) A responsabilidade dos gestores do SUS.

**9.** As Formas de Vinculação e Acesso aos Cargos Públicos, a NOB/RH SUS define que:

- A) Em caráter emergencial, o preenchimento de cargos, com vistas a suprir as necessidades prioritárias dos serviços, deve ocorrer por meio de nomeação dos indicados pelo gestor estadual ou municipal.
- B) A contratação de trabalhadores deve ocorrer para garantir o cumprimento das obrigações definidas em cláusulas convencionais ou contratuais junto às instâncias gestoras do SUS, a partir de parâmetros que garantam a qualidade da execução dos serviços.
- C) A contratação de pessoal dar-se-á preferencialmente por meio de seleção pública de trabalhadores, cuja vinculação com a instituição empregadora deve seguir os preceitos da legislação brasileira.
- D) Os convênios e contratos entre os gestores do SUS e os prestadores de serviços de saúde devem prever a necessidade de trabalhadores por categorias profissionais, para o bom funcionamento do serviço.
- E) Nos serviços públicos (Administração Direta e Indireta, incluindo as Agências Executivas, as Organizações Sociais, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, onde houver, e os Consórcios Intermunicipais de Saúde), o preenchimento de cargos, que devem ser criados por lei, para suprir as necessidades dos serviços, deve ocorrer por meio de nomeação dos aprovados em concursos públicos.

**10.** São competências dos Conselhos de Saúde:

- A) Deliberar sobre a política de saúde e fiscalizar recursos e serviços.
- B) Apenas fiscalizar hospitais e serviços de saúde diversos.
- C) Tomar providências administrativas para atender as necessidades do usuário.
- D) Atuar junto a gestão participativa para favorecer a participação do trabalhador do SUS.
- E) Executar ações de alta, média e baixa complexidade, fazer legislação complementar e inspecionar serviços e produtos.

**11.** Segundo a NOB/RH SUS (3ª Ed.) são Atribuições e Responsabilidades dos Gestores de Saúde Municipal, Estadual e Federal e do Ministério da Educação sobre a Política de Desenvolvimento do Trabalhador para o SUS

- A) garantir e incentivar a formação profissional dos trabalhadores que não dispõem de ensino fundamental, de educação especial e qualificação profissional, prioritariamente nas áreas essenciais ao funcionamento do sistema.
- B) exigir e controlar a mudança dos currículos universitários, bem como a abertura de campos de estágio para a formação dos trabalhadores do SUS, tendo o trabalho como referência e eixo central do processo ensino/aprendizagem, sugerindo punições para as instituições formadoras que não cumprirem esta exigência.
- C) promover o desenvolvimento, nos trabalhadores de saúde, da competência e habilidade para o acolhimento.
- D) estabelecer, juntamente com as escolas de saúde, diretrizes para programas de pós-graduação (especialização) adequados para o SUS.
- E) priorizar a educação permanente de trabalhadores para a saúde da família.

**12.** Sobre o Financiamento do Trabalho no Setor Saúde, a NOB/RH SUS recomenda que:

- A) Garantem recursos financeiros da saúde, das três esferas de governo, para a implementação da Política de Gestão do Trabalho para o SUS, especialmente para a implementação de PCCS e para o desenvolvimento dos trabalhadores, necessários à implementação do respectivo Plano de Saúde.
- B) Assegura recursos financeiros específicos, em leis orçamentárias, para garantir o funcionamento de núcleos ou centros formadores de trabalhadores para o SUS.
- C) Definem em orçamentos próprios dos Ministérios do Trabalho e Emprego (pelo FAT) e da Saúde recursos financeiros para o desenvolvimento de programas de capacitação, específicos para trabalhadores da Saúde.
- D) Fica terminantemente proibido buscar cooperação financeira junto às instituições e organismos nacionais e internacionais, visando à captação de recursos que viabilizem a implementação de processos de formação dos trabalhadores dos serviços públicos de saúde.
- E) A União deve definir, no repasse de recursos, formas de incentivo às diferentes esferas de gestão do SUS que cumprirem estes princípios e diretrizes em seus diversos aspectos.

**13.** Segundo Machado et al (2011). Ser gestor do Sistema Único de Saúde significa:

- I. Ser uma autoridade sanitária em cada esfera de governo, cuja ação política e técnica deve estar pautada pelos princípios da reforma sanitária brasileira;
- II. Preocupar-se, em primeiro lugar, com a prestação de contas dos recursos financeiros que ficaram sob sua responsabilidade;
- III. ser integrante de uma equipe que tem responsabilidade por um determinado projeto de governo, que terá de dar respostas ao chefe político em cada esfera e interagir com outros órgãos de governo;
- IV. ser qualquer servidor que apenas assume cargo de chefia dentro de uma instituição de saúde;
- V. Reconhecer que se deve separar as duas dimensões que mais atrapalham a gestão: a política e a técnica.

Logo, verifica-se que

- A) apenas I, II, IV, são verdadeiras.
- B) apenas IV e V são falsas.
- C) apenas I e III são verdadeiras.
- D) todas são verdadeiras.
- E) todas são falsas.

**14.** Segundo a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, entende-se por saúde do trabalhador um conjunto de atividades que se destina à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde de trabalhadores. Sobre o assunto, considere as seguintes proposições:

- I. Assistência ao trabalhador vítima de acidentes de trabalho ou portador de doença profissional.
- II. Avaliação e controle dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho.
- III. Definição das instâncias e mecanismos de controle, avaliação e fiscalização das ações e serviços de saúde.
- IV. Elaboração de normas técnicas e estabelecimento de padrões de qualidade para promoção da saúde do trabalhador.

No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), são pertinentes aos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho as ações discriminadas em:

- A) I, II e III somente;
- B) II e III somente;
- C) I e IV somente;
- D) I e II somente;
- E) III e IV somente.

**15.** A saúde é um direito de todos e um dever do Estado, desenvolvido através de uma política social e econômica que vise acima de tudo às ações e serviços para a sua:

- A) proteção e recuperação.
- B) promoção e recuperação.
- C) promoção, proteção e recuperação.
- D) regionalização, proteção e recuperação.
- E) promoção, prevenção e centralização.

**16.** Ao refletir sobre as características dos estados e municípios que formam a federação brasileira, Machado et al (2011) expressam que:

- I. Os estados e municípios brasileiros apresentam características muito semelhantes entre si em termos geográficos, econômicos, sociais, sendo o único problema do SUS, a falta de capacidade administrativa dos seus gestores;
- II. Os estados e municípios brasileiros apresentam características muito diferentes entre si em termos geográficos, econômicos, sociais e de capacidade administrativa e financeira para a formulação e implementação das políticas públicas;
- III. Em função da imensa dispersão de recursos financeiros e humanos, o SUS passou a ser gerenciado apenas pelo governo federal, de forma centralizada, com um criterioso e detalhado sistema de controle dos seus gastos, razão pela qual sobra pouco tempo para as instituições de saúde atenderem seus usuários;
- IV. Desde a Constituição de 1988, o processo de descentralização em saúde predominante no Brasil é do tipo político-administrativo, envolvendo não apenas a transferência de serviços, mas também a transferência de poder, responsabilidades e recursos, antes concentrados no nível federal, para estados e, principalmente, para os municípios;
- V. A descentralização da política de saúde nos anos 1990 contou com uma forte indução federal, mediante a formulação e implementação das Normas Operacionais (NO) do SUS e outras centenas de portarias.

Logo, verifica-se que

- A) apenas I, II, V são verdadeiras.
- B) apenas III, IV e V são verdadeiras.
- C) apenas I e II são falsas.
- D) apenas II e IV e V são verdadeiras.
- E) todas são falsas.

**17.** A Lei Federal n.º 8.142/90, ao tratar sobre os Conselhos e as Conferências de Saúde, define que são:

- A) Setores de comunicação em saúde.
- B) Órgãos de deliberação sobre a política de saúde.
- C) Setores de gestão máxima do SUS.
- D) Órgãos de fiscalização da qualidade da água.
- E) Órgãos de fiscalização e execução da política de saúde.

**18.** A 8ª Conferência Nacional de Saúde teve um significado importante para a área de recursos humanos pelo fato de ter destacado prioridades que orientaram a 1ª Conferência Nacional Temática de Recursos Humanos (CNRHS/1986). A CNRHS de 1986 discutiu três principais núcleos temáticos. Marque a opção correta.

- A) 1º A valorização do profissional na perspectiva de como é inserido nas instituições de saúde, as carreiras profissionais, a formação das equipes de saúde e o desafio da nova gerencia de serviços; 2º A preparação de recursos humanos sob a ótica da formação e aprimoramento de pessoal dos níveis médio e elementar, ensino de graduação e pós-graduação, educação continuada e integração docente-assistencial; 3º O compromisso social como uma nova ética para os trabalhadores de saúde;
- B) 1º A valorização do profissional na perspectiva de como é inserido nas instituições de saúde, as carreiras profissionais, a formação das equipes de saúde e o desafio da nova gerencia de serviços; 2º O compromisso social como uma nova ética para os trabalhadores de saúde; 3º Formas de Adesão à luta contra o ato médico;
- C) 1º A preparação de recursos humanos sob a ótica da formação e aprimoramento de pessoal dos níveis médio e elementar, ensino de graduação e pós-graduação, educação continuada e integração docente-assistencial; 2º Formas de Adesão à luta contra o ato médico; 3º Gestão do CONASS;
- D) 1º A valorização do profissional na perspectiva de como é inserido nas instituições de saúde, as carreiras profissionais, a formação das equipes de saúde e o desafio da nova gerencia de serviços; 2º A preparação de recursos humanos sob a ótica da formação e aprimoramento de pessoal dos níveis médio e elementar, ensino de graduação e pós-graduação, educação continuada e integração docente-assistencial; 3º O compromisso social como uma nova ética para os trabalhadores de saúde; 4º Extinção do Ministério da Saúde.
- E) 1º Formas de Adesão à luta contra o ato médico; 2º Gestão e Eleição do CONASS; 3º A valorização do profissional na perspectiva de como é inserido nas instituições de saúde, as carreiras profissionais, a formação das equipes de saúde e o desafio da nova gerencia de serviços; 4º A preparação de recursos humanos sob a ótica da formação e aprimoramento de pessoal dos níveis médio e elementar, ensino de graduação e pós-graduação, educação continuada e integração docente-assistencial.

**19.** A seguir, estão siglas importantes da história do SUS, e que significam. Marque a opção correta.

- A)** PCCS – Plano de Carreiras e Controle de Salários; – ProgeSus – Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do Trabalho no Sistema Único de Saúde; – CONASS – Conselho Nacional dos Sem Saúde; – Conasems – Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde; PEPS – Política Nacional de Educação Permanente em Saúde; CIES – Comissão Integração Ensino Serviço .
- B)** PCCS – Plano de Carreiras, Cargos e Salários; – ProgeSus – Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do Trabalho –no Sistema Único de Saúde; – CONASS – Conselho Nacional dos Secretários de Saúde; – Conasems – Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde; – PEPS – Política Nacional de Educação Permanente em Saúde; – CIES – Comissão Integração Ensino Serviço.
- C)** PCCS – Plano de Carreiras e Controle de Salários; – ProgeSus – Programa de Projeção Estruturada da Gestão do Trabalho – no Sistema Único de Saúde; – CONASS – Conselho Nacional dos Secretários de Saúde; – Conasems – Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde; – PEPS – Política Nacional de Educação para a Saúde; – CIES – Comissão Integração Estadual de Saúde.
- D)** PCCS – Plano de Carreiras, Cargos e Salários; – ProgeSus – Programa de Projeção Estruturada da Gestão do Trabalho no Sistema Único de Saúde; – CONASS – Conselho Nacional dos Secretários de Saúde; – Conasems – Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde; – PEPS – Política Nacional de Educação Permanente em Saúde; – CIES – Comissão Integração estadual de Saúde.
- E)** PCCS – Plano de Carreiras, Cargos e Salários; – ProgeSus – Programa de Projeção Estruturada da Gestão do Trabalho no Sistema Único de Saúde; – CONASS – Conselho Nacional dos Sem Saúde; – Conasems – Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde; – PEPS – Política Nacional de Educação Permanente em Saúde; – CIES – Comissão Integração estadual de Saúde.

**20.** Analisando as afirmações sobre às disposições da Lei nº 8.080/1990

- I. A alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais são fatores determinantes e condicionantes do estado de saúde de uma população.
- II. As ações previstas em lei devem ser praticadas pela iniciativa pública, ficando vetada a participação da iniciativa privada em qualquer instância.
- III. A saúde é um direito fundamental do ser humano, e é um dever das pessoas, da família, das empresas e da sociedade prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.
- IV. O Estado deve garantir a saúde a partir da execução de políticas econômicas e sociais que visem a redução de riscos de doenças.

verifica-se que somente

- A)** II é verdadeira.
- B)** III é verdadeira.
- C)** I e IV são verdadeiras.
- D)** I e III são verdadeiras.
- E)** II e III são verdadeiras